Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824)

Magda Maria de Oliveira Ricci
UFPA

ESTE ESTUDO ANALISA A TRAJETÓRIA de Francisco José Rodrigues Barata, um colono português, porta-bandeira no antigo Grão Pará colonial. Em 1798 foi enviado pelo Governador Souza Coutinho para as Guianas com a missão de mapear rotas, espionar as fronteiras e fortificações estrangeiras e avaliar novos comércios e comerciantes. Ao voltar escreveu um rico diário de viagem. Depois deste momento o soldado português ganhou outras patentes, subiu de cargo, foi à Guiana Francesa quando de sua tomada pelos portugueses e ali chegou ao posto de Comandante das tropas. Finalmente retornou ao Pará nos anos de 1820 fazendo parte da Junta Provisória que em 1823 ainda governava o Pará com os olhar e jurisdição portuguesa. Depois deste momento Barata tornou-seum "brasileiro adotivo" e para alguns um traidor da causa brasileira. Utilizo esta história de vida como fio condutor para entender as tensões de identidade entre portugueses no Grão-Pará com as populações locais (mestiços e indígenas)e negros africanos escravos e libertos dentro do ideário colonizador do período. Também aproveito para incursionar sobre o uso metodológico deste tipo de fonte no trabalho do historiador dedicado ao estudo dos portugueses na Amazônia.

Indícios da pesquisa: o manuscrito da BN-RJ, sua edição e algumas leituras iniciais

Em um primeiro momento desta pesquisa deparei-me na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro com um intrigante documento manuscrito que possuía um título imenso. Chamava-se: *Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta-bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço. Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho, cavalheiro professo da Sagrada Religião de Malta, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, chefe da esquadra da Sua Real Armada, e governador Geral das Capitanias do Pará, e do Rio Negro.*

O diário era, portanto, um documento escrito por um "ordenança"ou homem do estado português que servia no Pará à então rainha D. Maria. O porta-bandeira que nem sequer tinha seu nome

inscrito no título de seu diário, todavia chamava-se, Francisco José Rodrigues Barata. No título ainda se nota que Barata era emissário da Rainhaportuguesa no Suriname, contudo, o intermediário nesta linha régia era D. Francisco de Souza Coutinho, o governador do antigo Grão-Pará e Rio Negro, este sim nomeado e bem titulado desde o início do diário.

A primeira página do manuscrito ainda revela que o porta-bandeira tinha uma letra bem constituída, o que demonstra que ele fazia parte da ínfima parcela da população letrada que vivia nas terras lusas do alem mar amazônico. Também mais adiante estará claro que Barata também falava o francês, o que ampliava bastante seu campo como homem de letras. Contudo, antes de entrar na vida e nas histórias tornadas visíveis a partir de Barata e de seu diário é preciso esclarecer algo mais sobre este documento.

Caminhando em minhas pesquisas na Biblioteca Nacional e em outros locais, pude localizar uma edição impressa deste mesmo manuscrito. Ele foi publicado em duas partes em dois tomos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. O interessante aqui é que esta edição ocorreu em 1846.[1] Nela não há uma introdução e nem notas. Só foram incluídos alguns títulos, que pouco alterou o conteúdo do manuscrito. Desta forma ficamos sem saber como este diário chegou à sua primeira publicação. Todavia sabemos que, em meados do século XIX, ele – assim como outros autores e escritos sobre a Amazônia – faziam parte de um seleto grupo de autores e textos julgados relevantes para ajudar a compor e associar o passado do Pará ao que se queria escrever sobre o Brasil e seu passado. Como afirmam autores como Coelho[2] e Barros,[3] esse momento foi chave para que se reconectassem os elos entre o Pará e o Rio de Janeiro, ainda fortemente abalados depois do trágico movimento cabano (1835-1840).

Ainda antes de entrar no texto do diário, devo recuperar que já existem algumas leituras e usos do diário de Barata. O primeiro uso a ser mencionado vem de um pequeno artigo de divulgação publicado em 2011 por Iuri A. Lapa e Silva na *Revista da Biblioteca Nacional*.[4] No artigo, inicialmente, merece destaque a forma de navegação descrita no diário de Barata. As "canoas" foram analisadas como um diferente meio de se chegar ao Suriname, fugindo dos problemas enfrentados pela navegação marítima. Lapa e Silva destaca que, pelas canoas e rios Amazônicos, Barata buscava perceber a viabilidade de uma nova rota fluvial, mais interior e diante das incertezas diplomáticas na Europa e seus desdobramentos na América no final do século XVIII que complicavam os caminhos marítimos tradicionais. Lapa e Silva recupera a distância e as dificuldades enfrentadas por Barata para alcançar

1 1º trim. 1846, p. 1-53 e 2º trim. 1846, p. 157-204.

2 COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: EDUFPA, 1981.

3 BARROS, Michelle Rose Menezes de. *"Germes de grandeza": Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850)*. Dissertação (mestrado) – PPHIST-UFPA, Belém, 2006.

4 LAPA E SILVA, Iuri A. "As canoas da desforra: anotações sobre viagem ao Suriname em 1799 mostram encontro com judeus portugueses". *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 mar. 2011. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/as-canoas-da-desforraa>. Acesso em: 2 set. 2011.

seu objetivo de chegar ao Suriname vindo pelo interior amazônico. Ainda é importante mencionar que o artigo se insere na revista citada dentro da seção "Por dentro da Biblioteca".

Seu autor apresenta assim o manuscrito de Barata como parte da coleção de documentos sobre as fronteiras brasileiras. Nota-se ainda que esta coleção, em sua maior parte, foi constituída por documentos coletados ou copilados por republicanos históricos e seus emissários. Ela nasceu (ou tomou forma)nos anos iniciais da República brasileira, momento em que estes republicanos se enveredaram por questões diplomáticas na fronteira norte, especialmente Rio Branco e a questão do Acre. Sobre este ponto ainda é importante ressaltar um detalhe existente no manuscrito que existe na Biblioteca Nacional: sua dedicatória. Nela consta que o manuscrito foi doado em 28-07-1899 pelo "Senador e também historiador paraense Manuel Barata, neto do autor". Assim o diário de Barata tem uma relação genealógica com um republicano histórico, já que Manuel Barata era próximo a autoridades paraenses de primeira linha no cenário republicano como Lauro Sodré e o crítico literário e educador José Veríssimo. Barata provavelmente viu no diário de seu avô um documento relevante para a história diplomática republicana. E ele não foi o único. A ideia do artigo de Lapa e Silva também percebe claramente esta importância. Contudo vai além de apresentar sua relevância dentro de uma coleção histórica e diplomática. Ele analisa sumariamente a viagem de Barata diante dos interesses internacionais ali presentes entre os portugueses e a comunidade judaica-portuguesa no Suriname. Também estão presentes questões fundamentais como os problemas sérios na fronteira norte do Brasil e especialmente a disputa entre Portugal, Brasil e França diante do conturbado contexto Napoleônico. Este artigo é fruto de uma pesquisa mais para a dissertação de mestrado do autor intitulada: "A ordem desejada e a desordem promovida: acordos, motins e mestiços na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817)". Neste contexto, o artigo de Lapa e Silva recupera um diário em uma coleção republicana e o valoriza para os debates diplomáticos sobre a fronteira norte.

Além do artigo de Lapa e Silva outros dois pesquisadores também analisaram o mesmo diário. Trata-se de um artigo escrito por dois pesquisadores da história das populações fronteiriças da Amazônia. Escrito por Jonas Queiroz e Flávio Gomes, este segundo texto analisa a formação de identidades e de reconfigurações coloniais e pós-coloniais na fronteira norte, privilegiando a formação de comunidades quilombolas na região.[5] Os dois articulistas fizeram uso da versão impressa do diário[6] e sua ideia era perceber odiário como uma fonte relevante para estudos sobre uma faceta ímpar na fronteira norte na virada do século XVIII para o XIX: o problema no trato com a mão de obra escrava de origem africana. Aqui o texto de Barata foi citado por uma razão pontual. Tratava-se de um caso descrito no diário e que envolvia o Barão de Hogoritz. Este nobre tinha fugido de Caiena e se refugiado em Paramaribo depois da revolução no Haiti. Segundo Barata, Hogoritz teria interesse de se estabelecer no Pará, mas temia as reações das autoridades portuguesas. Os autores ressaltam ainda

5 QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio dos Santos. "Amazônia, fronteiras e identidades. Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)". *Lusotopie*, 2002/1, p. 25-49.

6 Aqui vale pontuar que, embora citado como publicado na revista do IHGB de 1854, ao que tudo indica, os autores utilizaram o diário de Barata na publicação de 1846 (*Ibidem*, p. 48).

que o mais interessante no diário de Barata seria que ele contava – na forma de uma anedota – que os "negros noutro tempo escravos de Hogoritz em Caiena, não querendo sair do serviço e casa do dito, ainda depois de livres pelo novo sistema, aí voluntariamente se conservavam e cultivavam as plantações, que ele lá deixava, socorrendo-o, e assistindo-lhe em Suriname com o produto delas".[7] O diário de Barata servia aqui para revelar as relações entre os senhores de escravos na fronteira norte e o medo coletivo em Portugal e no Pará de uma nova revolta escrava como a do Haiti.

Pelo que pude analisar, o mesmo diário foi percebido como fonte diplomática por homens de letras no Império e, sobretudo, pelos da primeira República. Estes homensdepositaram o manuscrito em uma coleção da Biblioteca nacional, mas, antes disso, eles já o tinham publicado em uma significativa revista histórica como a do IHGB. Por outro lado, contemporaneamente o mesmo diário colabora em uma dissertação de mestrado e em um artigo sobre os problemas com a população escrava na região fronteiriça norte. Será que estes temas esgotariam os usos que este documento pode comportar? Creio que não e que podemos ampliar ainda mais esta leitura e uso do diário de Barata.

Razões para revisitar o Diário do porta-bandeira: a questão metodológica da fonte em si

Começarei pela negativa. O diário de Barata não é um relato de viagem que pode ser equiparado aos mais tradicionais em uso e leitura pelos historiadores. Embora trate de fronteiras, não se trata de uma viagem filosófica, científica ou de demarcação de limites, como as que empreenderam na Amazônia pessoas de letras e ciências como Charles Marie La Condamine e depois Alexandre Rodrigues Ferreira.[8] Barata até descreve aspectos científicos e compara o estado das ciências no Pará e nas Guianas, em especial no Suriname. Todavia este não era o foco principal de sua viagem. Também não é uma viagem exploratóriae até exógena, (científica e ou comercial) como fizeram Spix e Martius e tantos outros estrangeiros. Como bem enfatiza Silvia Hunold Lara, muitos viajantes estrangeiros tinham olhos voltados ao que lhes parecia exótico e problemático, como a multidão de pretos e mulatos e seus perigos diante da autoridade senhorial e de seus limites tênues no século XVIII.[9] Mesmo enxergando negros e escravos, Barata fez isso mais para às Guianas e deixou de ver os mesmos africanos na Amazônia Brasileira. No lado português ele privilegiou a descrição dos indígenas e o papel central dos brancos portugueses no controle da produção vinculada ao grande comércio internacional. Estas escolhas certamente são políticas. Tratava-se de um Diário, ou melhor, um diário-relatório, detalhado e minucioso.

7 *Ibidem*, p. 48.

8 COELHO, Mauro. "As viagens filosóficas de Charles – Marie La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo". In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: EDUFPA, 1999, p. 97-127.

9 LARA, 2007, p. 126-172.

Este diário não tinha muitas pretensões literárias. Ele impõeao leitor uma longa descrição de um itinerário cotidiano. Ele refere-se a umaviagem feita por canoas, que precisa de braços indígenas que vão mudando ao longo de todo o percurso. Temos em mãos um diário de um militar porta--bandeira português e emissário régio pelos rios amazônicos. Uma descrição que privilegiava a passagem em cidades, vilas e povoados fundados pelos portugueses e europeus desde Belém no Paráà Paramaribo no Suriname. Acima de tudo trata-se deuma viagem encomendada pelo serviço de Sua Real Majestade e a ele devedor. Isto está bem claro em um ofício que abre o manuscrito de Barata, e que é datado do Pará em 29 de abril de 1799.

Este ofício introdutório ao diário estádirigido ao governador do Pará D. Francisco de Souza Coutinho, que era o interlocutor do autor junto à rainha, D. Maria. Neste documento inicial o autor expõe o que denominou de "distinta honra de ser nomeado" pelo mesmo governador para "ir ao Suriname, em Diligência do Real Serviço". Alerta que o diário seria "parte da mesma Diligência". O autor até se desculpa pela imperfeição do mesmo e esclarece que pelas moléstias que teve, ele resultou no que foi possível ser feito. Temos em mãos um diário-diligência. E qual diligência seria esta?

A diligência aparente e a secreta

Em suas cento e quarenta e oito páginas manuscritas com uma letra corrida perfeita, há uma descrição detalhada de uma missão. O porta-bandeira Baratabuscava encontrar um médico judeu e português chamado Davi Nassi, um dos principais líderes da comunidade judaica local. Barata deveria entregar ao mesmo Nassi uma carta do forte ministro português D. Rodrigo de Souza Coutinho, irmão do governador do Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, que escrevia em nome da Rainha mãe Dona Maria.Mas por que um porta-bandeira português, representante de uma monarquia católica e vindo do antigo Grão-Pará faria esta visita a um representante da comunidade judaica do Suriname em 1798?

Há razões muito amplas e visíveis como a campanha do Rossilhão. Como um desdobramento dos conflitos pós Revolução Francesa, entre 1793 e 1795 Portugal participou desta Campanha, na qual os lusitanos ajudaram os espanhóis na luta contra os revolucionários franceses. Tratava-se de uma luta, na qual estava em jogo o futuro das monarquias absolutistas europeias das quais Portugal e Espanha eram representantes. Neste conflito houve vários incidentes no além mar americano. Por exemplo, uma embarcação lusitana foi pirateada por franceses no Caribe e vendida aos holandeses do Suriname. Neste caso em particular os tripulantes desta embarcação, foram acolhidos pela comunidade judaica portuguesa do Suriname e reembarcados para Portugal. A ida do porta-bandeira Barata ao Suriname seria um agradecimento oficial da rainha portuguesae de seus emissários a Davi Nassi, o judeu português que liderou este gesto de solidariedade.

Apesar da importância dos judeus e de sua participação no caso do roubo do navio português, a missão de Barata não terminava com a entrega dos agradecimentos formais. Se por um lado havia um interesse aparentemente amplo e diplomático, ele parece ser também um pretexto para outras

razõespara esta viagem. Ali também havia a questão do mapeamento dos rios amazônicos em zona de fronteira e uma sondagem sobre como a comunidade judaica portuguesa no Suriname poderia ajudar aos portugueses amazônicos na luta contra os franceses. Exploração de novas rotas comerciais, espionagem contra os franceses e estabelecimento de alianças. Neste leque mais amplo de razões é possível melhor entender o percurso navegado por Barata. A maioria destes motivos, todavia, seriam secretos e envolviam pesadas questões diplomáticas.

A partir deste universo de tensão de comércio e guerra, desde 1790, a monarquia portuguesa encarregou o governo do Grão-Pará a um de seus mais preparados homens de Estado, D. Francisco de Sousa Coutinho, irmão de um dos ministros fortes do monarca regente D. João VI, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Ainda em 1793, ano do início da campanha de Rossilhão, Souza Coutinho oficiou a Lisboa relatando as maquinações dos franceses na fronteira norte na América e a situação portuguesa no conflito. Escrevia o ilustrado português que recebera notícias da fronteira por um seu agente, o sargento de Macapá Manoel Felipe. Este já era o segundo homem em expedição que o governador mandava à região desde que assumira o comando do Grão-Pará. Isto dava a dimensão das dificuldades vividas em zonas de fronteiras como aquela com as Guianas. Preliminarmente, ainda em 1791, o governador havia mandado para a fronteira outra expedição com a missão de espionar aos franceses e concluir as obras do Forte em Macapá. Para lá havia seguido o renomado ajudante de ordens chamado Manoel da Costa Vidal. Contudo este Ajudante enlouqueceu durante a viagem, e teve que ser resgatado por seus companheiros de viagem, o que atrasou a expedição, que só alcançou o lado português da fronteira.[10] Mesmo assim Souza Coutinho havia sido informado que existia muita movimentação de gentes nas fronteiras e sabia ainda que as obras do forte em Macapá também foram comprometidas. Souza Coutinho parecia apreensivo, pois para ele os franceses pretendiam construir um forte na zona do rio denominado pelos portugueses de Calçoene e pelos franceses de Vicente Pinçon. De acordo com as informações recebidas por seus homens espiões, ele ficara sabendo que os índios moradores dos rios Carapaporis e Maycaré tinham visto a movimentação de muita gente que denominavam de "Angicos ou Ilhéus". Sobre o assunto resumia Souza Coutinho:

> Os franceses talvez antes de saberem em Caiena da declaração da guerra com a Holanda e a Espanha tinham alguma vista sobre esta Costa [portuguesa na América] e que depois desistiram dela para cuidarem na conservação dos seus próprios estabelecimentos; e pode ser que esta gente que os índios chamam de Ilhéus sejam alguns expatriados das ilhas [francesas] de que os ingleses se acham apoderados.[11]

Governador do Pará entre 1790 e 1802, D. Francisco era o articulador português na Amazônia da política de defesa da fronteira norte luso-americana. Ainda em 1793 levantou nos documentos

10 Sobre esta primeira viagem também existe um relato escrito pelo ajudante da praça e São José de Macapá, Manoel Joaquim de Abreu. Ver Projeto Resgate, 1º jul. 1791, AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 7977, p. 7-50.

11 SOUZA COUTINHO, Projeto Resgate, 1º out. 1793, AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179, p. 3

da secretaria de Estado no Pará todos os indícios sobre esta fronteira para provar que as pretensões francesas no rio Calçoene seriam falsas. O governador do Pará concluía que a ideia dos franceses para tomar este rio estava ligada com a produção abundante de peixes que por ali havia no lago que o circulava. Contudo havia outros interesses. Escrevia Souza Coutinho que para os franceses de Caiena o insalubre rio Calçoene serviria:

> para eles aproveitarem uma ou outra situação menos desvantajosa em que formem algum estabelecimento, que no tempo de paz lhe sirva de entreposto para o seu comércio clandestino com estes habitantes [do Grão-Pará] e no tempo da guerra para entreterem as forças com que nos podem vir atacar, já se vê que muito útil e necessário lhes fica sendo o dito terreno.[12]

Comércio clandestino e local de manobras militares: estas seriam as pretensões francesas na fronteira norte. Estes indícios eram razões importantes para que D. Francisco Souza Coutinho se tornasse um forte articulador da política portuguesa na região. Sua correspondência com Lisboa recupera que lhe foi dado um financiamento razoável para que o governador implementasse na região uma significativa transformação. Era preciso combater o comércio clandestino com o Caribe e promover uma maior integração da parte norte do Império com o mundo português através do porto de Belém. Neste sentido impulsionou-se uma política de integração comercial entre o Grão-Pará e Mato Grosso e Goiás a partir do complexo hidrográfico do Madeira.

Por esta política se articulava a economia do ouro e diamantes oriundos da região mais central da América portuguesa com seu porto de escoamento pelo Pará e sua capital em Belém. Também foram criados estabelecimentos e entrepostos comerciais nas margens dos rios para facilitar este comércio.[13]

A viagem de Barata trazia a possibilidade de se fomentar outro rumo para as relações comerciais portuguesas. Diante dos problemas com a França e da proximidade geográfica com a Guiana Francesa, a fronteira com a Guiana Holandesa era muito estratégica. Assim a aliança comercial com os judeus portugueses ali residentes era fundamental para um governador como Souza Coutinho. Em vários momentos de seu relato o porta-bandeira Barata revelava a situação estratégica dos portugueses e dos holandeses no cenário internacional. Havia, no entanto pontos em comum, mas também existiam notórias diferenças.

Quando chegou ao Suriname, por exemplo, o porta-bandeira relatou seus sentimentos sobre a situação política internacional que o levara até ali e o papel que julgava desempenhar neste cenário. Ao mostrar no mapa ao governador holandês sua saga pelos rios e cachoeiras desde Belém do Pará até o Suriname, ele propositalmente omitiu informações relevantes a navegação na região. Mesmo assim todos se espantaram com a magnitude da viagem. Barata aproveitou para elogiar os portugueses

12 AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179, p. 4.

13 SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 170.

diante dos holandeses e demais povos europeus. Disse que seu feito não seria de "admirar em homens", que, como ele seriam "destinados pela Providência desde o berço, a padecer necessidade e incômodos". Lembrava ainda que ele servia militarmente a um superior que o glorificava. Sobre Souza Coutinho o porta-bandeira rasgava elogios. O governador seria um exemplo a todos os militares portugueses no Grão-Pará porque:

> sendo das Principais Famílias, e primeira Nobreza de Portugal, criado com mimo e delicadeza, que lhe era própria, assim mesmo senão poupava a trabalho algum ativo, e infatigável no Serviço da Nação, e da Soberania, de quem tinha obtido toda a confiança, e distinta Mercês, como penhores de outras ainda maiores, que merecia por muitos títulos, e mormente pelo seu Governo feliz, e laboriosíssimo no vasto Estado do Pará, e do Rio Negro pelo espaço de oito anos, e nesta época a mais crítica de uma Guerra universal.[14]

O cenário da chamada "guerra universal" foi tratado em vários instantes por Barata. Ao chegar na fronteira holandesa, por exemplo, o porta-bandeira notou que o território estava mais do que ocupado pelos aliados ingleses. Um oficial holandês lhe esclareceu a situação. Essequebo e Berbide e todas as mais cidades por onde passasse Barata estariam sob o governo civil dos holandeses, mas sob o governo das armas inglesas. Causou espanto em Barata a estranha situação política do Suriname. Até mesmo os oficiais holandeses eram remunerados pelos ingleses. Sob este tema Barata comentava:

> Acabado o jantar, veio o chá, e nos aparelhos divisei as mesmas armas [inglesas]; não perguntei coisa alguma; porém fiquei persuadido de que eles [os militares holandeses] eram assistidos não só com o necessário, e útil; mas até com o agradável, e ainda com o supérfluo, para manter a um Militar alegre, e robusto, como é justo que seja.[15]

E ainda concluía que sua viagem representava algo mais do que o que os militares holandeses denominavam de uma "resignada obediência dos vassalos" a seu príncipe e a sua rainha D. Maria. Barata relatou aos holandeses que os portugueses, "em todos os tempos foram prontos em sacrificar a vida pelos seus Amáveis Soberanos". Que eles pensavam em seus soberanos e adoravam suas bandeiras "em todas as partes do mundo" e que:

14 BARATA, Francisco José Rodrigues. *Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho*. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. C.E.H.B. nº 1.041, cod. XIII (4-15) ou publicado na RIHGB, 1º trim. 1846, p. 1-53 e 2º trim. 1846, p. 157-204, p. 160.

15 *Ibidem*, p. 156.

> obedeciam, e respeitavam a Aqueles [soberanos portugueses], mais como filhos que como vassalos, com fidelidade, e amor tão puro que por eles se exporiam a tudo, esquecendo-se de quanto lhes poderia servir de escusa e mostrando-se antes ofendidos quando se lhes contemplam os seus interesses pessoais para deixarem de os empregar no Serviço do Soberano e da Pátria. Que a Nação Portuguesa bem se podia aplicar o pensamento de um famoso e antigo Poeta: *Per damna, per codes, ab ipso; Ducitopesanimumque ferro.*[16]

É certo que o porta-bandeira exagerava seu patriotismo, mesmo porque escrevia um diário a ser entregue ao seu governador. Contudo também é correto perceber que a saga de Barata tinha também o objetivo de dar ao governador Souza Coutinho dimensões distintas de atuação. Por um lado Barata relatava inicialmente como estava a política do governador dentro do interior mais distante e fronteiriço do Grão-Pará em 1798. De outro lado Barata, ao descrever o Suriname estabelecia padrões comparativos entre o Grão-Pará português com o holandes e com as outras Guianas especialmente com a belicosa Guiana Francesa.

Para o primeiro momento, em alguns instantes o porta-bandeira elogia o trabalho de integração comercial já articulado por Souza Coutinho no rio Amazonas. Por exemplo, logo no início de sua jornada em 30 de março de 1798, Barata relatava que, a uma maré de distância de Belém, já havia engenhos como o do Sr. José Ferreira no rio Moju. Eram propriedades como a denominada de Jequeriassú.[17] Talvez por ser comum, a paisagem do em torno de Belém e suas ilhas foi pouco descrita pelo porta bandeira Barata. Neste primeiro momento o que certamente estava na articulação do governador Souza Coutinho pouco interessava a missão de Barata. Tratava-se do fomento ao trabalho escravo de origem africana. Era mais importante analisar o comércio internacional em um cenário mais amplo e perceber mais pontualmente os problemas portugueses na zona das fronteiras com as Guianas.

Entre a guerra universal e o comércio mundial

Se o cenário internacional favorecia a aproximação com os judeus do Suriname, o comércio na região era o alvo principal. Durante todo o percurso Barata relatou em seu diário os produtos comercializáveis. É impressionante a variedade e também a distribuição destes produtos ao longo da viagem. A tabela a seguir mapeou as localidades por onde Barata passou, os produtos que por ali encontrou e que habitantes viviam e organizavam a produção localmente. Foram trinte e três locais, sendo que destes, vinte e oito estavam do lado português e apenas cinco do lado estrangeiro (holandês ou inglês).

16 "Pelas perdas, pelos códigos, pelo que; Leva a riqueza e alma na espada" (tradução minha). *Ibidem*, p. 158.

17 *Ibidem*, p. 30-31.

TABELA 1. Produtos comercializáveis destacados no diário da viagem do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1798-99), de Belém à Paramaribo

Nº	Produtos	Localidade	Habitantes que organizavam a produção	Trabalhadores preponderantes
1	Engenho de açúcar e cachaça	Rios Moju, Limoeiro, Tapiim e Tajapuru	Brancos	Nada consta
2	Agricultura e colheita de cacau	Rio Amazonas, Gurupá	Brancos	Nada consta
3	Agricultura e colheita e cacau	Boca do Aquiqui, onde se comunica Amazonas e Xingú, Rio Curiruia, Vila de Almerim	Brancos	Nada consta
4	Agricultura, cacau, extração das drogas do Sertão, salsa, cravo, pintura de cuias, comércio	Monte Alegre	Brancos	índios
5	Diversos ramos de comércio, agricultura, colheita de cacau, mandioca, feijão, peixe seco, manteiga, calefação de embarcações	Santarém	Brancos	Nada consta
6	Importantes cacoais, lavoura, comércio	Rios Arapi e Parana--miri, Alenquer, Óbidos	Brancos	índios
7	Nada consta	Vila Nova da Rainha, Rio Negro	Brancos	Índios de diversas nações selvagens
8	Cultura do tabaco, o melhor do Estado. Peixes, pesqueiro real	Rio Cararucú e Atomá, Vila de Silves	Brancos	Muitas nações indianas
9	Fabrico do tabaco, café, pescarias	Vila de serpa	Tem moradores brancos	indígenas
10	Agricultura, fabrico do tabaco, algumas pescarias, fatura de manteigas de ovosde tartaruga	Sítio Matari, Fortaleza da Barra do Rio Negro, vila de Barcelos	Tem muitos moradores Brancos	indígenas
11	Nenhum comércio	Ilhas e canais, Loca-lAirjrão	Muito pouca população	
12	Não pode reconhecer o gênero de comércio e agricultura	Vila de Meira	Muitos brancos	índios
13	Não tem comércio nem agricultura de exportação	Lugar de Carvoeiro	Alguns brancos	População numerosa indígena
14	Muito pouco comércio e agricultura. Cultivam gêneros de primeira necessidade e café para qual dizem que a terra é própria	Vila de Poiares	Alguns moradores brancos	Índios
15	Terra própria para anil e café, cultivados em pequenas porções	Barcelos	Vila antiga, mas foi abandonada. Poucos brancos	Índios

16	Peixes, tartarugas, ovos e manteiga. Tudo em pequenas proporções. Tem terras propícias aos cacau e café e vastas campinas para gado. Há pequenas fazendas e uma real com 900 a 1000 cabeças	Boca do Rio Branco, ilhas, canal Mojaú	Nada consta	índios
17	Roça de mandioca. Sem comércio e agricultura	Lugar Santa Maria Pesqueiro Régio	Um soldado com alguns índios e índias e um missionário	Índios. População muito pequena
18	Sem comércio e agricultura. Fazem cordas de cipó	Lugar do Carmo	Padre	Índios. População pouco numerosa.
19	Outrora teve feitoria de peixe	Local Sarumú	Nada consta	Nada consta
20	Nada consta	Povoação Santa Maria Velha	Nada consta	Hoje não tem ninguém
21	Nada Consta	Rabo da cachoeira, SitioMatapi	Nada consta	Nada Consta
22	Sem comércio ou agricultura	Povoação conceição	Sem diretor	Consta que tem 15 habitantes
23	300 cabeças de gado, mas dizem que as campinas são vastíssimas	Serra Carumá, Povoação Camameno, Fazenda Régia	Sem habitantes na povoação, apenas algumas árvores de fruta	indígenas
24	Nada consta	Fortaleza de São Joaquim, boca do Rio Taquetú, que ali deságua no Rio Branco	Comandante, sargento, cabo e vinte e tantos soldados	Guarnição composta por índios mudados todos os meses. Para ali passaram diferentes povoações de diferentes e extintas vilas. Havia poucos índios
25	Comiam algum peixe moqueado, ou assado ao fogo lento e alguns beijus chama-se beiju a um pão chato fabricado da massa da mandioca e alguns cabaços de sal. Tinham suas redes de dormir ou maqueiras quando chove. Ainda tinha arco, flechas e espingardas holandesas	Rios Surumú, o Mahú, o Saraurú	Nada consta	Diversas nações indígenas. Encontro comÍndios Gentios da Nação Mapixana que faziam guerra contra os da nação Macochi
26	Nada consta	Local Trajeto, margem do Rio Repuniri	Nada consta	Dez Indígenas que acompanhavam Barata fugiram
27	As casas de sua habitação eram de palha e não se lhes divisava nelas outras coisas mais do que seus arcos e flechas, e a pobreza no meio da qual vivem com muita satisfação, e alegria.	Igarapé, pelo qual no rio cheio se vai para o Trajeto do Pirarára, e se vem sair no Mahú. Lago Apequeme	Nada consta	Indígenas da nação Macochi. Estes Índios selvagens. Estatura ordinária, bem nutridos e com boas feições; porém tingem por todo o corpo com urucu. As mulheres praticam o mesmo, usando de muita missanga nas pernas, braços e a tiracolo.

28	Pelo que pertence porém aos seus trajes, usos, e costumes, não tem diferença dos demais.	Foz rio Repurini. Muitas cachoeiras		Indígenas Caripunas. Ele tem estatura mais que ordinária, é assaz robusto, e não menos o parecem as mulheres.
29	Roças, fábrica de madeiras	Sítio das mulatas holandesas	Brancos	Grande número de pessoas livres, e escravos próprios, assim e Índios como negros
30	Plantações de cana	Essequebo	Brancos. Na fortaleza o comando é inglês e o governo civil holandês	negros
31	Plantações sem designar de que	Cidade de Demerari	Brancos. Há uma fortaleza na entrada. Capitão holandês com soldo inglês Tropa cerca de 2000 praças e havia um regimento de negros	Negros
32	Plantações de algodão de fazer inveja	Berbiche	Brancos	Negros
33	528 plantações, ou fazenda, a saber 99 engenhos de açúcar, 312 plantações de café e algodão, 4 de cacau, 11 fábricas de madeira, e 2 de tijolo, e telha.	Paramaribo	Brancos	Negros

Fonte: BARATA, Francisco José Rodrigues. *Op. cit.*

Se pensarmos no lado português, Barata se preocupou em descrever a produção que era abundante ao redor de grandes cidades como Belém (Rio Moju), Santarém ou na Fortaleza da Barra e bem insignificante nas fronteiras com as Guianas. Mapeou a diversidade de produtos, sua adequação à natureza local e quem organizava o trabalho. A todo o tempo a descrição da prosperidade anglo-holandesa era comparada à portuguesa.[18] No diário o local dos portugueses

18 Aqui é primordial ressaltar que há um estudo clássico de Ciro Flamarion Cardoso sobre o tema e que ele já abordava a importância de se comparar as economias das Guianas (em especial para Cardoso a Francesa) com a do antigo Grão-Pará. Cardoso, contudo, Cardoso trabalhou seu estudo comparativo dentro do que se discutia à época, a saber, a importância de se comparar o que se denominava então de "economias periféricas" ou "marginais" para a compreensão mais ampla de um sistema produtivo colonial americano e sua vinculação ao capitalismo emergente. Independentemente do uso da terminologia "periférica", o estudo de Cardoso avaliava como relevantes as conexões do mundo lusitano amazônico com outras áreas coloniais (internas e externas ao universo português) já que este estudo nos faria compreender melhor o funcionamento mais amplo da colonização que se impunha na América (CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984).

foi privilegiado. Contudo, pelo lado português era mais usado o trabalho dos indígenas como mão de obra e para o lado inglês e holandês os negros de origem africana foram ressaltados. Também é importante notar que, na medida em que Barata vai se embrenhando nas matas e rios mais distantes de Belém e de grandes centros como Santarém, mais presente se faziam os povos indígenas e menos presentes os brancos europeus e portugueses. No início da viagem existiam muitos brancos no comando e produtos de exportação sendo colocados no centro da rota da exportação. Do meio para a aproximação da fronteira com as Guianas, a situação mudava. Nestes locais interioranos eram os indígenas a maioria do povo. Há o exemplo do Gentio Macoxi, localizados já em um distante afluente do Rio Branco. Diante da recusa do seu Principal em fornecer um índio prático para auxiliar Barata no o caminho envolto por enormes cachoeiras, nosso viajante teve que negociar e até penetrar na mata em busca do chefe Macoxi. Ele descreve a situação limite onde, para alcançar a moradia do Principal ficou perdido na mata, foi ridicularizado pelos Macoxi e ainda teve que viajar de volta a sua canoa a noite para não ser mais molestado com muitos pedidos e rogos destes indígenas. Neste cenário o militar português estava entregue aos indígenas. Narrava Barata:

> Fiz-lhe saber [ao Principal] que eu queria me desse um dos seus vassalos para servir de prático nas cachoeiras do Rio Essequebo, mas quando eles ouviram a minha pretensão, se tornaram tristes, e o Principal, depois de haver falado com a sua gente, respondeu que não podia ser porquanto tinha poucos vassalos (...) Fiquei desgostoso; porém instei com agrados, e promessas; comi com eles algumas frutas de mamão, que me ofereceram, e enfim consegui ceder ele às minha rogativas, o que lhe agradeci muito. (...) Passei a brindá-los com aguardente, de que gostavam sumamente, e com sal de que dei ao Principal uma grande cuia, e igualmente duas cuias pintadas. Todos os outros queriam a mesma oferta, mas como o negócio só dependia do Principal dei a este mais um frasco de aguardente e uma pequena porção de pólvora, e tratei de me despedir.[19]

Outro ponto interessante revelado a partir da tabela já descrita é quanto o uso da mão de obra. Barata ignorou ou omitiu o uso do trabalho dos africanos no lado português, embora saibamos que eram bastante utilizados nos centros portuários e comerciais como Belém e Santarém e ainda em engenhos e na criação de gado. Vale lembrar que Francisco de Souza Coutinho fomentou o trabalho escravo de origem africana. Segundo Arthur César Ferreira Reis, ele promoveu o tráfico africano em duas ocasiões, em 1792 e em 1797.[20] A omissão de Barata era estratégica. Para o lado das Guianas esta passa a ser uma informação valiosa e equiparada ao mapeamento de tropas, armas e riquezas produzidas pela região. Em Paramaribo Barata anotou aspectos do tráfico local. Escrevia

19 BARATA, Francisco José Rodrigues. *Op. cit.*, p. 29.

20 REIS, Arthur César Ferreira. *Tempo e vida na Amazônia.* Manaus: Governo do Amazonas, 1965, p. 154.

ele que "a Nação Inglesa tinha já introduzido na dita Colônia [do Suriname] mais de vinte e cinco mil escravos". Barata estavapersuadido de que em pouca horas havia visto entrar naquele porto "cinco grandes Navios vindos da Costa da África com escravatura". Ele concluía ressaltando que depois que os Ingleses tomaram posse da Guiana, se teriam estabelecido no local "outros muitos, e ricos Europeus seus Nacionais assim no comércio como na agricultura". Contudo, apesar da riqueza, estes africanos traziam também problemas.

Os africanos, a riqueza e a rebeldia

Barata descreve que toda a Tropa da Guiana Holandesa se comporia de duas mil praças pouco mais ou menos. E neste número estaria compreendido o Regimento de Negros. Sobre ele relatava que quem os havia criado eram os Ingleses e que estes os

> conservambem disciplinados, cujo corpo não deixa de ser sumamente útil pelos muitos serviços a que se aplicam porque eles não são exercitados só no manejo das armas; mas também no da marinha, e nos trabalho das Fortificações. Estes Negros foram mandados vir da Costa da África, e comprados a custa da Fazenda Real, de quem se pode dizer que são escravos na qualidade de soldados. Os seus oficiais são brancos até cabo de esquadra exclusive.[21]

Ainda sobre a guarnição Militar de toda a Colônia Barata relatava que ela se comporia de três Batalhões de Infantaria, de uma Companhia de duzentos Negros libertos, de um corpo de caçadores, e de alguns Engenheiros. Cada Batalhão tem seu Coronel Tenente coronel, e Major com a competente oficialidade. Sobre os negros lembrava que:

> A dita Companhia de Negros é considerada como a mais útil à Colônia não só porque ela serve como Tropa Ligeira; mas também pelos contínuos ataques que tem em diferentes lugares da mesma colônia, contra os negros fugidos que de tempos em tempos atacam a diversas Plantações. Todos estes corpos não contam hoje mais do que 1 a 1$200 homens; porquanto desde o princípio da guerra da França com a Holanda, não tiveram mais algum socorro de Tropa, e nesta Colônia senão assenta praça aos seus habitante.[22]

21 BARATA, Francisco José Rodrigues. *Op. cit.*, p. 31.

22 *Ibidem*, p. 36.

No Pará havia o medo do contágio das ideias revolucionárias francesas. Estudos como os de Rosa Acevedo Marin,[23] Flávio Gomes[24] e Shirley Nogueira[25] esclarecem que se temia que os cativos de origem africana alocados no Grão-Pará entrassem em contato com as "ideias perigosas" a respeito de revoluções que chegavam da Europa e do Caribe, sobretudo através de Caiena. Para estes autores, os principais exemplos de contágio de tais "ideias" foram a Revolução Francesa, a Revolução do Haiti e as revoltas escravas (guerras *maroons*) da Jamaica e das Guianas (1795-1797). Para Shirley Nogueira este temor da contaminação das ideias francesas teria levando Francisco Souza Coutinho Shirley e Acevedo a pensar em umacontrarrevolução no Pará de 1790-1809. Para a autor 1790 foi um ano de "intensa mobilização militar no Pará". Essa mobilização teria sido gerada pelo "processo de contrarrevoluçãodesencadeado pelo governo Português depois da Revolução Francesa". A ideia era barrar o ingresso de um ideário liberal. A missão de D. Francisco na Amazônia seria "evitar a entrada de ideias revolucionárias no Estado do Grão-Pará, principalmente via fronteira com a Guiana Francesa". Para isso, o governador se valeu do que Nogueira afirma ser "um outro forte processo de militarização, que ultrapassou o final do século XVIII, chegando as primeiras duas décadas do século XIX".[26]

Militarização e temor ao francesismo, incremento no comércio e alianças com ingleses e holandeses, proteção de fronteiras e sedentarização de brancos como líderes do comércio interiorano na Amazônia luso-brasileira. O diário-diligência de Barata nos aproxima de todo este universo no qual os portugueses, apesar dos perigos vizinhos que os cercavam, ainda mantinham a região sob controle e produzindo um rico comércio exterior. Contudo se em 1798-99 Barata vivia ou projetava este cenário, os anos vindouros transformaram toda a região e devastaram sua vida pessoal.

Para além do Diário de Barata: entre o viver pessoal e o de sua incerta pátria amazônica-portuguesa

É preciso ir além desta viagem para compreender melhor seu significado de longo prazo. Quando encontrei o diário de Barata resolvi pesquisar seu nome em meus bancos de dados. Em pesquisa nos documentos consultados em Arquivos de Portugal e nos do Pará pude localizar alguns

23 ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. "A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará". In: CUNHA, José Carlos C. (org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: UFPA/UNAMAZ, 1992 (Série Cooperação Amazônica).

24 GOMES, Flavio dos Santos. "Los Cimarrones y las mezclas étnicas en las fronteras de las Guayanas. Siglos XVII-XX. Universidad de Los Andes. Procesos Históricos". *Revista de Historia y Ciencias Sociales*, nº 16, 2009, p. 24-39; GOMES, Flavio dos Santos & ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. "Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII)". *Revista de História* (USP), São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, nº 149, 2004, p. 69-108. Disponível em: <http://www.usp.br/revistadehistoria/arquivos/RH-149.pdf>.

25 GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista". In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: EDUFPA, 1999.

26 NOGUEIRA, Shirley M. S. *Razões para desertar: a institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA-UFPA, Belém, 2000, p. 25.

importantes indícios sobre o que ocorreu com Barata depois de sua viagem ao Suriname. Para minha surpresa localizei vinte e cinco documentos que diretamente tratavam do porta bandeira Barata, sendo que destes, um total de 17 (68% deles) foram escritos pelo próprio porta bandeira. O que estes outros documentos revelam?

Em um primeiro momento Barata tentou promoções dentro da estrutura administrativa colonial, o que demonstrava que embora ele dissesse em seu diário que colocava o servir a Portugal acima de sua vida pessoal, na prática, a sua viagem certamente foi percebida como uma alavanca em sua carreira. Por exemplo já em novembro de 1799 Barata já era alferes do Regimento de Infantaria da praça do Macapá.[27] Nesta data ele remeteu ao príncipe regente [D. João], um requerimento solicitando licença de um ano para se deslocar ao Reino. Não sabemos se Barata alançou ou não seu pedido, mas o certo é que em 1802 ele já não era mais alferes em Macapá, mas sim sargento-mor do 3º Regimento de Infantaria de Milícias de Cametá.[28] Todavia ele não estava ainda feliz e em novembro do mesmo ano tentava voltar à Macapá, mas como sargento-mor.[29] O interessante neste ofício é que Barata alegava que queria voltar para Macapá devido à separação de sua família e de seu estabelecimento. Assim ficamos sabendo que ele se enraizara na fronteira norte. Em 1803 Barata retomou o assunto de sua viagem ao Suriname para solicitar ao príncipe regente a honra de lhe conceder um pedido de mercê do hábito da Ordem de Cristo.[30] Finalmente em 1806 Francisco José Rodrigues Barata, oficiavapara o príncipe regente [D. João], solicitando a mercê da serventia vitalícia do ofício de escrivão da Câmara e tabelião do Público Judicial e Notas da vila de Cametá.[31] Assim, entre 1799 e 1806 Barata trabalhou para o príncipe regente português entre Cametá, Macapá e provavelmente tenha até seguido em licença à Lisboa.

Em 1811, contudo, Barata voltou a viajar para mais longe em nome do monarca. Desta segunda vez Barata não ia em missão de agradecimento e espionagem, mas de controle e segurança pública. Pude localizar um ofício de João Severiano Maciel da Costa, o conde de Aguiar, informando, entre outras coisas, da chegada de Barata em Caiena para controlar a rebelião da tropa paraense/cearense que pleiteava a volta imediata para casa. O português que tinha visto os problemas com os escravos nas Guianas holandesa e inglesa, via agora um levante de tropas no lado português durante a tomada portuguesa de Caiena (1809-1817).[32] Estas tropas eram fortemente formadas por mestiços e indígenas

27 AHU_ACL_CU_013, Cx. 116, D. 8947.

28 AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D. 9479.

29 AHU_ACL_CU_013, Cx. 123, D. 9489.

30 AHU_ACL_CU_013, Cx. 124, D. 9557.

31 AHU_ACL_CU_013, Cx. 138, D. 10459.

32 Sobre a conquista de Caiena há uma bibliografia construída por luso-brasileiros e por franceses. Para ficar só do lado brasileiro, lembro que apenas Arthur César Ferreira Reis, entre os anos de 1940 e 1960 publicou três importantes ensaios sobre o tema, que hoje são clássicos. Estes estudos revelam a preocupação do autor com a defesa da fronteira do futuro Império e Estado Brasileiro. Tem uma visão hoje ufanista, mas seus estudos fizeram vir a tona temas e fontes muito relevantes como a transferência do jardim botânico de Caiena para Belém e a delicada questão do comércio entre a Amazônia e o caribe (REIS,

e deram muito trabalho ao governador português de Caiena e também ao agora oficial Barata, segundo estudos de Brito[33] e de Lapa e Silva. Para este último autor:

> Neste momento de 1808-1809, estes "indígenas" e mestiços cumpriam determinações atreladas aos descaminhos das guerras do Velho Mundo. Guerras, cuja compreensão de seu significado político, por parte destes homens, permanece ainda como uma incógnita.[34]

E ainda concluía:

> (...) ainda que servindo como vassalos a um rei em guerra, a ameaça de coerção e de trabalho forçado continuava pairando sobre suas cabeças: uma forma que as elites portuguesas tratavam suas "conquistas", algo que continuava a persistir de maneira um tanto distinta. Certamente ainda muito presente para Maciel da Costa, pois seu discurso transborda em referências étnicas. Ainda que ele tenha se referido aos soldados apenas genericamente como "Índios" e não pelo etnônimo da "tribo" ou da "nação", fica evidente o estabelecimento de uma relação que deixava explícito que estes soldados tinham uma formação distinta da sua.[35]

Também Ciro Flamarion Cardoso avaliava como precária a situação dos soldados paraenses que tomaram Caiena. Isolados, sem mantimentos suficientes, com soldos muito atrasados e discriminação diante dos negros dos franceses, estes homens eram alvo fácil para revoltas. A primeira revolta foi em 1809 e a segunda em 1811. Foi para esta segunda que Barata foi convocado a vir de Belém. Como afirma Cardoso a repressão do governador português em Caiena foi grande:

> Quando de outra tentativa de motim, no início de março de 1811, denunciada pela mulata Ethelinte (que foi alforriada por Maciel da Costa), a intervenção severa das autoridades militares, em especial do Tenente-Coronel Francisco

---

Arthur César Ferreira. "O Jardim Botânico de Belém". *Boletim do Museu Nacional. Botânica*, Rio de Janeiro (7), p. 1-14, set. 1946; _____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1953; _____. "A ocupação de Caiena". In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico.* Tomo II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 278-299). Uma visão mais atual foi editada na revista *Navigator*, que revigora o tema entre especialistas mais antigos como Ciro Flamarion Cardoso e outros mais novos. Para maiores informações acessar site da revista e seu dossiê em http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie.html

33 BRITO, Adilson Junior Ishihara. *"Viva a Liberté!": cultura política popular, revolução e sentimento patrótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824.* Dissertação (mestrado em História Social do Norte e Nordeste) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_arquivos/16/TDE-2008-07-04T120844Z-4450/Publico/AJIB1.pdf>.

34 LAPA E SILVA, Iuri A. *Op. cit.*, p. 91.

35 *Ibidem*, p. 91-92.

> Rodrigues Barata, se fez sentir; quatro líderes da rebelião foram fuzilados sem processo formal, sob protesto de Maciel da Costa.[36]

Assim Cardoso avalia como uma 'intervenção severa"do agora comandante das tropas, o tenente-coronel Barata em 1811. Ao seu comando 4 líderes foram fuzilados sem direito a processo. O que estava em jogo na situação era a manutenção da hierarquia branca e poder sob os soldados indígenas e mestiços. O mesmo Cardoso avaliava que o intendente Maciel da Costa, por exemplo, teria uma posição ambígua: "ao mesmo tempo que era favorável a que se concedessem vantagens e uma posição social melhor aos negros e mulatos livres de Caiena, referia-se por escrito aos índios paraenses como 'tapuias ferozes' e 'a canalha índia'".[37]

Apesar disso Maciel da Costa queria mediar e dar direito a estes soldados mestiços rebelados a um julgamento. O comandante Barata não lhes dava ao menos este direito. Assim a identidade mais evidente neste novo universo vivido pelo oficial Barata era a de um militar graduado ligado aos brancos portugueses ou europeus. Isto fica mais claro ainda quando, ainda dentro do processo de tomada de Caiena, o monarca português declarou que os judeus do Suriname, aqueles visitados por Barata, estavam autorizados e convidados a migrarem para o Pará. Segundo um estudo de Neves D. João teria convidado:

> os indivíduos de uma pequena colôniade judeus portugueses estabelecidosna Guiana Holandesa, que ali se fixaram hámuito tempo para fugir à Inquisição, a setransferirem com suas famílias e seus capitaispara a capitania do Pará ou outra partedo Brasil que lhes melhor conviesse e ondeeles encontrariam a seu favor a proteçãoe toda a tolerância necessária em matériareligiosa, afirmando que eles poderiam praticarem suas casas sua religião sem a menorinquietação, inconveniente ou temor.[38]

A autora ainda ressalta que cartas foram trocadas entre o governo português e o rabino desta comunidade, mas "a questãomanteve-se apenas como projeto. Apesarde todas asgarantias oferecidas, não haviapor parte dos judeus a confiança necessáriapara acreditar em tal promessa.[39]

Por estes indícios percebemos que a viagem de Barata, a guerra aos franceses e a tomada de Caiena aproximaram os mundos lusitano e holandês, mas do que isso aproximavam o mundo dos senhores brancos e donos de escravos. Em tempos de revoltas escravas e de tropas, as elites locais se associavam. Um bom exemplo desta união foi o termo de capitulação assinado depois da tomada de

---

36 CARDOSO, Ciro Flamarion. "A tomada de Caiena vista do lado francês". *Revista Navigator*, vol. 6, nº 11, dossiê 7, 2011, p. 21. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.html>.

37 *Ibidem*, p. 21.

38 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. "Guerra aos franceses: a política externa de D. João VI". *Revista Navigator*, vol. 6, nº 11, dossiê 7, 2011, p. 81. Disponível em: <https:www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie7.pdf>.

39 *Ibidem*, p. 81.

Caiena. Segundo o estudo de Jean Soublin, em sua introdução o lado rendido explicava que fizera isso "menos à força do que ao sistema destrutivo de libertar todos os escravos, que se unissem aoinimigo e queimassem todas as plantações e portos, que lhe oferecessem alguma resistência".[40] Teria sido o medo dos escravos e não dos portugueses e de suas tropas tapuias que levara o governador francês à capitulação.

Com este episódio de Caiena chegamos ao limite da ascensão profissional e administrativa de Barata. Não consegui saber o que fez Barata entre 1812 e 1821. O mais provável é que tenha se aposentado e se fixado em Belém do Pará, pois em 1821el retorna à cena sob um outro patamar.

Em 1811 o quadro político levara o rei português D. João VI a se fixar no Rio de Janeiro. Dez anosmais tarde o mesmo rei já estava de volta a Lisboa. E a posição de seu amado súdito o coronel Barata? As vésperas da adesão do Pará à causa brasileira e a independência feita no Rio de Janeiro, Barata foi alvo de uma dura acusação antipatriótica. Em 10 de julhoFelipe Alberto Patroni Maciel Parente, um conhecido jornalista paraense o acusa de despotismo. Escrevia Patroni ao secretário de Estado de Ultramar:

> A marcha governativa é sem dúvida mais despótica, porque dantes ninguém se atrevia a requerer sua justiça; hoje todos requerem, coorporações; o povo em massa, ninguém é atendido. A mola real deste despotismo são dois Membros do Governo, o Cônego Romualdo Antonio de Seixas e o Coronel Francisco José Rodrigues Barata, que tendo adquirido todo o ascendente sobre os outros Membros da Junta, esta só faz o que eles dizem. É porém maior o ascendente do Coronel Barata; e sendo ambos egoítas, Barata é em demasia; refinando-se seu interesse com uma impostura desmarcarada.[41]

Homem da ordem portuguesa Barata tornou-se um estrangeiro em sua própria terra paraense. Nos anos de 1820 sua situação se deteriorou. O que a vida de Barata pode demonstrar para os estudos sobre o lugar da colonização portuguesa na Amazônia da virada do século XVIII para o XIX? Fundamentalmente que tudo mudou entre 1798 e 1821. Barata saiu de porta-bandeira para tenente coronel. Saiu de Paramaribo, para Lisboa, de Cametá para o Rio de Janeiro, de Caiena para Belém. Conseguiu títulos e medalhas. Contudo, depois de 1820, tornou-se mais um dos portugueses odiados no Pará revolucionário, cuja revolta só irá aumentar até a mais viva explosão de 1835. Esta vida mostra uma face mais nítida do que poderíamos chamar do fim da época do colonizador português na Amazônia e no Brasil.

40 SOUBLIN, Jean, p. 101.

41 AHU_ACL_CU_013, Cx. 158, D. 12078.

Bibliografia

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. "A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará". In: CUNHA, José Carlos C. (org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: UFPA/UNAMAZ, 1992 (Série Cooperação Amazônica).

BARATA, Francisco José Rodrigues. *Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho*. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. C.E.H.B. nº 1.041, cod. XIII (4-15) ou publicado na RIHGB, 1º trim. 1846, p. 1-53 e 2º trim. 1846, p. 157-204.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. *"Germes de grandeza": Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850)*. Dissertação (mestrado) – PPHIST-UFPA, Belém, 2006.

BRITO, Adilson Junior Ishihara. *"Viva a Liberté!": cultura política popular, revolução e sentimento patrótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*. Dissertação (mestrado em História Social do Norte e Nordeste) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_arquivos/16/TDE-2008-07-04T120844Z-4450/Publico/AJIB1.pdf>.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. "A tomada de Caiena vista do lado francês". *Revista Navigator*, vol. 6, nº 11, dossiê 7, 2011, p. 13-23. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.html>.

COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: EDUFPA, 1981.

COELHO, Mauro. "As viagens filosóficas de Charles – Marie La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo". In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: EDUFPA, 1999, p. 97-127.

GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista". In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: EDUFPA, 1999.

GOMES, Flavio dos Santos. "Los Cimarrones y las mezclas étnicas en las fronteras de las Guayanas. Siglos XVII-XX. Universidad de Los Andes. Procesos Históricos". *Revista de Historia y Ciencias Sociales*, nº 16, 2009, p. 24-39.

GOMES, Flavio dos Santos & ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. "Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII)". *Revista de História* (USP), São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, nº 149, 2004, p. 69-108. Disponível em: <http://www.usp.br/revistadehistoria/arquivos/RH-149.pdf>.

LAPA E SILVA, Iuri A. "As canoas da desforra: anotações sobre viagem ao Suriname em 1799 mostram encontro com judeus portugueses". *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 mar. 2011. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/as-canoas-da-desforra- acessado em 02 09 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. "Guerra aos franceses: a política externa de D. João VI". *Revista Navigator*, vol. 6, nº 11, dossiê 7, 2011, p. 70-82. Disponível em: <https:www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie7.pdf>.

NOGUEIRA, Shirley M. S. *Razões para desertar: a institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII.* Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA-UFPA, Belém, 2000.

QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio dos Santos. "Amazônia, fronteiras e identidades. Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)". *Lusotopie*, 2002/1, p. 25-49.

REIS, Arthur César Ferreira. "A ocupação de Caiena". In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. Tomo II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 278-299.

_____. "O Jardim Botânico de Belém". *Boletim do Museu Nacional. Botânica*, Rio de Janeiro (7), p. 1-14, set. 1946.

_____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1953.

_____. *Tempo e vida na Amazônia.* Manaus: Governo do Amazonas, 1965.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia.* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.